CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO CEE Nº 1284/77

INTERESSADO: ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL "GRACINHA"/CAPITAL

ASSUNTO : Consulta

RELATOR : Cons. José Augusto Dias

PARECER CEE Nº 507/79 - CESG - APROVADO EM 09/05/79

I- RELATÓRIO

1. HISTÓRICO

Examinando consulta da direção da Escola de Educação Infantil "Gracinha", desta Capital, sobre qual a habilitação exigida para o exercício de direção de Escola de Educação Infantil, o Parecer CEE nº 1071/77 propôs que fosse ouvido o Egrégio Conselho Federal de Educação, em virtude de o pleno esclarecimento da questão, envolver aspectos pendentes de orientação daquele órgão.

A resposta do Conselho Federal de Educação foi dada no Parecer CFE nº 1600/78, de autoria da eminente Conselheira Terezinha Saraiva. Após brilhante exposição sobre as responsabilidades da pré-escola e dos pronunciamentos anteriores do CFE sobre a matéria, a nobre Relatora pondera:

"Ao administrador pré-escolar cabe, como responsável pelo planejamento, organização e provimento de condições favoráveis ao trabalho, uma grande responsabilidade. É indispensável que o diretor da pré-escola tenha informação científica sobre os fatos e princípios relacionados com o crescimento e desenvolvimento humanos; demonstre competência no uso de instrumentos e processos de avaliação, além de conhecimento administrativo imprescindível a todos aqueles que exercem cargo de direção. Acresce, ainda, que boa parte do trabalho de coordenação e orientação pedagógica é de sua competência, concorrendo para que a ação do professor se exerça de modo criador, estimulando-o e esclarecendo-o quanto ao desenvolvimento do currículo do pré-escolar proporcionando material de estudo, incentivando o aperfeiçoamento continuado de cada mestre e avaliando com ele o rendimento dos alunos - daí, a necessidade de, além da qualificação comum a um diretor de escola de 1º e 2º graus, possuir especialização e experiência em educação pré-escolar."

Coerentemente com esta orientação, a ilustre Relatora conclui nos seguintes termos:

À vista do exposto, concluímos o diretor de estabeleci-

mento que atenda ao pré-escolar deverá possuir, para bem desempenhar sua tarefa, especialização e experiência em educação pré-escolar. E, por analogia, ao que dispõe a Lei nº 5692, embora esta se refira ao ensino de 1º e 2º graus, é recomendável que seja portador de habilitação específica em Administração Escolar. Nada impede que a esses requisitos outros venham a ser acrescentados, a critério dos sistemas de ensino, de acordo com suas peculiaridades.

Nestes termos cremos deva ser respondida a consulta do Colendo Conselho de Educação do Estado de São Paulo.

Aproveitando a oportunidade, sugerimos que o MEC, diante da importância, hoje reconhecida por todos, do atendimento ao pré-escolar, constitua Grupo de Trabalho para elaborar anteprojeto de legislação específica, complementando as Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional."

2. APRECIÇÃO

Da excelente exposição contida no Parecer CFE nº 1600/78 podemos extrair as seguintes observações:

1ª - Não existe na legislação vigente exigência expressa em relação ao exercício de direção da pré-escola. Por esta razão, o Parecer recomenda ao MEC designação de Grupo de Trabalho para elaborar anteprojeto de legislação específica, complementar à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

2ª - Até que o referido Grupo de Trabalho realize sua tarefa e conseqüentemente seja sancionada lei federal específica, o assunto fica entregue à responsabilidade dos Conselhos de Educação, nos termos do artigo 19, § 2º, da Lei nº 5692/71.

3ª - Seria recomendável que o diretor de Escola de Educação Infantil atendesse, pelo menos, aos seguintes requisitos:

a) especialização e experiência em educação pré-escolar; b) habilitação específica em Administração Escolar.

Este Conselho tem dispensado a educação pré-escolar a mais cuidadosa atenção, de que dão testemunho, dentre outras manifestações, a Deliberação CEE nº 36/75, bem como a Indicação CEE nº 152/75, da nobre Conselheira Maria de Lourdes Mariotto Haidar. Seria, pois, dispensável acrescentar novos argumentos para demonstrar a importância e extrema delicadeza do trabalho realizado por aqueles que têm a responsabilidade de conduzir a criança em seus primeiros passos no rumo da aprendizagem.

Por outro lado, o de presumir-se que o Grupo de Trabalho que venha a ser constituído em decorrência do Parecer CFE nº 1600/78 dificilmente deixará de acatar a prudente orientação con-

tida no mesmo Parecer quanto às exigências para o exercício de direção de pré-escola. Assim sendo, parece-nos de prudência que as entidades interessadas comecem a ajustar-se a estas exigências.

II - CONCLUSÃO

À vista do exposto, responde-se à consulente, Escola de Educação Infantil "Gracinha", desta Capital, que o exercício de direção de Escola de Educação Infantil não está ainda regulamentada, quer no âmbito federal, quer no estadual.

Não obstante, tendo em vista o que dispõe o Parecer CFE nº 1600/78, recomenda-se aos interessados na manutenção e administração de Escolas de Educação Infantil que procurem, com a possível urgência, ajustar-se aos seguintes requisitos:

- a) Licenciatura plena em Pedagogia, com habilitação em Administração Escolar;
- b) Habilitação para o magistério na pré-escola;
- c) Experiência docente de pelo menos três anos em Escola de Educação Infantil.

CESG, em 30 de agosto de 1978

- a) Conselheiro JOSÉ AUGUSTO DIAS - RELATOR

III - DECISÃO DA CÂMARA

A CÂMARA DO ENSINO DO SEGUNDO GRAU adota como seu Parecer o Voto do Relator.

Presentes os nobres conselheiros: Antônio F. da Rosa Aquino, Hilário Torloni, Jair de Moraes Neves, José Augusto Dias, Lionel Corbeil, Maria Aparecida Tamaso Garcia e Roberto Moreira.

Sala da CESG, em 13 de setembro de 1978

- a) Conselheiro JAIR DE MORAES NEVES

PRESIDENTE

IV - DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara do Ensino do Secundo Grau, nos termos do Voto do Relator.

Sala "Carlos Pasquale", em 9 de maio de 1979.

a) Cons. MOACYR EXPEDITO M. VAZ GUIMARÃES
Presidente